

ORDEM, GÊNERO E TRANSGRESSÃO EM A SENHORA DE PANGIM, DE GUSTAVO BARROSO

ORDER, GENDER AND TRANSGRESSION IN GUSTAVO BARROSO'S *THE LADY OF PANGIN*

MÁRIO CESAR LUGARINHO*

RESUMO: Em 2017, completaram-se os 85 anos da publicação do romance histórico *A Senhora de Pangim*, do brasileiro Gustavo Barroso (1932). Foi reeditada em Lisboa pela Agência Geral das Colônias, nas comemorações dos centenários portugueses (1940). No Brasil, ainda foi republicada na forma de quadrinhos “para adultos”, em 1958. Após essa última edição, o romance caiu no esquecimento. O romance procura reconstruir, por questionáveis fontes documentais, a biografia de Dona Maria Úrsula de Abreu e Lencastre, filha de portugueses, nascida no Brasil, e que se engajou no exército d’El Rey, no alvorecer do século XVIII, como o soldado Baltazar do Couto Cardoso, tendo servido em Goa. Facilmente inserida na série literária da “donzela guerreira”, *A senhora de Pangim* impõe uma reflexão pertinente aos estudos queer.

PALAVRAS-CHAVE: gênero, identidade nacional, ficção, história, literatura colonial portuguesa do século XX.

ABSTRACT: In 2017, the 85th anniversary of the publication of the historical novel, *A Senhora de Pangim* (*The Lady of Pangim*), by Gustavo Barroso (1932), was completed. It was reissued in Lisbon by the General Agency of the Colonies, in the celebrations of the Portuguese centenaries (1940). In Brazil, it was still republished in the form of comics “for adults” in 1958. After this last edition, the novel fell by the wayside. The novel seeks to reconstruct, through questionable documentary sources, the biography of Dona Maria Úrsula de Abreu and Lencastre, daughter of Portuguese, born in Brazil, and was engaged in the army of the King of Portugal at the dawn of the eighteenth century, as the soldier Baltazar of Couto Cardoso, having served in Goa. Easily inserted in the literary series of the “warrior maiden”, *The Lady of Pangim* imposes a pertinent reflection on queer studies.

KEYWORDS: gender, national identity, narrative, history, XXth Portuguese Colonial Literature.

* Professor Associado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) na área de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

A senhora de Pangim



Fig. 1 – Capa da primeira edição brasileira (1932) de *A senhora de Pangim*

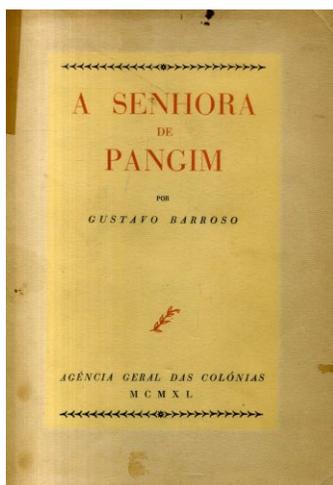


Fig. 2 – Capa da edição portuguesa (1940)



Fig. 3 – Capa da edição brasileira em quadrinhos (1958)

A chamada Literatura Colonial Portuguesa do século XX, fortemente identificada com a ditadura portuguesa que vigorou de 26 maio de 1926 a 25 de abril de 1974, revela surpresas e confirma certezas. Certezas, quando nos deparamos com temas recorrentes que, de alguma forma, “evoluiram” ao longo do tempo; surpresas, quando observamos a mediação do estado, a instituição política e jurídica, atraindo para si narrativas que, fugindo às orientações ideológicas mais estreitas do fascismo português, tornam-se problemáticas e problematizantes quando lidas na contemporaneidade.

No ano de 2017, completaram-se 85 anos da publicação do romance de viés histórico *A senhora de Pangim*, do brasileiro Gustavo Barroso (1932). Inicialmente publicada no Brasil, a narrativa alcançou relativo sucesso durante a década de 1930, já que se identificava com a perspectiva nacionalista brasileira daqueles anos de integralismo e getulismo; em 1940, foi reeditada em Lisboa, no bojo das comemorações dos centenários portugueses (1940), pela Agência Geral das Colônias (AGC). *A senhora de Pangim*, no Brasil, ainda foi republicada na forma de quadrinhos “para adultos”, em 1958, demonstrando o seu relativo sucesso editorial entre as gerações daquele tempo. Após essa última edição, o romance caiu no esquecimento, no Brasil, certamente, por causa da estreita aproximação de seu autor com o integralismo, e em Portugal, certamente, por sua inserção na

chamada Literatura Colonial do século XX, identificada com a política imperial do Estado Novo (1933-1974).

O romance procura reconstruir, com várias bases documentais¹, a biografia de Dona Maria Úrsula de Abreu e Lencastre², filha de portugueses, nascida no Brasil, e que se engajou no exército d'El Rey, no início do século XVIII, como o soldado Baltazar do Couto Cardoso, tendo servido em Goa, onde se destacou em confrontos bélicos. Apesar da revelação de sua verdadeira identidade, Dona Úrsula foi condecorada por bravura e ainda recebeu "direitos sobre o Paço de Pangim", o que lhe valeu como título honorífico.

Facilmente inserida na série literária da "donzela guerreira"³, a narrativa de *A senhora de Pangim*, impõe uma reflexão pertinente aos estudos queer, na medida em que se observa que a transgressão à ordem de gênero⁴ veio a ser não apenas celebrada na altura em que os eventos narrados se desenrolaram, apesar de sua baixa do Exército (c. 1717), mas também, e principalmente, no bojo do Estado Novo, quando a "lição de Salazar" impunha às famílias portuguesas rigorosos e bem definidos papéis sociais, orientados pelo Estado. Às mulheres, o lar, aos homens, o mundo, o do trabalho ou o do serviço direto à Pátria, tanto na burocracia, quanto no engajamento às tropas. Se o estado português, nesse arco histórico, impunha flagrantemente a equação entre identidade nacional e

¹ Sobre a consistência dos documentos e fontes de Gustavo Barroso, ver Pimenta (1942) e Costa (2016).

² Maria Úrsula de Abreu e Lencastre, uma descendente da Casa Real de Lancaster, da Inglaterra, e conhecida como a *mulher soldado*, nasceu na capitania do Rio de Janeiro, em 1682. Aos 18 anos, fugiu da terra natal, disfarçada de homem, e embarcou para Lisboa onde se alistou em 1º de novembro de 1700 como o soldado Balthazar do Couto Cardoso. Nunca mais voltou ao Brasil. De Lisboa partiu para a Índia, onde serviu durante cerca de doze anos, destacando-se em numerosos combates e adquirindo reputação militar. Por salvar o seu capitão, Afonso Teixeira Arrais de Melo e Mendonça, foi ferida com gravidade, o que levou à descoberta de seu sexo. Por volta de 1714, retirou definitivamente o disfarce e casou-se em Goa. Em 12 de maio de 1714, ao fim de quase doze anos de serviço militar, foi desmobilizada e por despacho real foi-lhe concedida a "mercê" do paço de Pangim. Recebeu do rei D. João V uma pensão vitalícia. Sabe-se que morreu em Goa cercada de honras, mas ignora-se o ano de sua morte. (cf. BOXER, 1975, p.80).

³ O tema da "donzela guerreira" na Literatura Portuguesa e na Literatura Brasileira pode ser verificado em obras literárias desde a Idade Média, especialmente de origem oral (cf. BRAGA, 1967; GALVÃO, 1999; MARTINELLI, 1999; OLIVEIRA, 2005; VILALVA, 2008).

⁴ "Ordem de gênero" é conceito de R. W. Connell em que se reconhece um padrão que sistematiza a criação das identidades sociais de homens e mulheres, assim como as relações por eles e entre eles travadas (cf. CONNELL, 1997).

identidade de gênero, a publicação do romance de Gustavo Barroso pela AGC representa, no mínimo, se não um desvio, a refuncionalização dos papéis sociais pré-definidos, sem que, no entanto, a instituição do estado fosse colocada em causa. Assim, propomo-nos a discutir aquela equação e problematizá-la, tendo como mote a narrativa de Barroso, verificando a sua articulação às razões da primordial instituição moderna, o estado nacional.

-Gênero e Nação: perspectivas

A busca pelas interseções dos marcadores sociais de classe, gênero, raça/etnia, religiosidade, origem nacional/regional/local tem recebido atenção em diversos campos das Ciências Sociais e Humanas, especialmente no que tange às relações entre gênero e raça/etnia. No estudo das relações entre gênero e nacionalidade, destacamos os trabalhos seminais de George Mosse (1985), de Miguel Vale de Almeida (2000) e de Judith Butler e Gayatri Spivak (2005), nos quais é buscada a constituição do campo interseccional das categorias de gênero e nacionalidade.

A composição de um aparato teórico que dê suporte a esse tipo de investigação, na área dos estudos literários, deve nascer não apenas da solidariedade interdisciplinar e multidisciplinar, mas, sobretudo, da observação e análise dos próprios objetos literários, tendo como modelo o estudo seminal de Eve K. Sedgwick apresentado em *Between men: English literature and male homosocial desire (gender and culture series)* (1985), no qual a autora descreveu e analisou uma longa série oriunda da Literatura Inglesa. Sedgwick apontou a paulatina construção dos modernos paradigmas identitários masculinos no momento de emergência da burguesia urbana. Apesar da identidade nacional britânica não ter sido um objeto imediato de observação e análise, de seu estudo emerge a descrição do homem burguês e das crises atravessadas por esse personagem historicamente reconstituído, se compararmos suas conclusões com as de Richard Sennett, em *The fall of public man* (1976 [2015]). Esse homem descrito passava a atender às exigências de seu tempo, abrindo mão dos valores patriarcais tradicionais e submetendo-se às razões de estado, ao que passava a, também, representar.

Se tivermos em nosso horizonte, também, os estudos de Michelle Perrot (1991, p. 103-104), dada pela reflexão de Hegel sobre a família nuclear burguesa, aliados aos estudos de Göran Therborn (2006, p.33-49), sobre a história da disseminação do conceito de família nuclear durante o século XX, torna-se imperioso, em termos gerais, refletir como a identidade nacional se forjou frente às identidades de gênero, reconstituídas pela emergência da burguesia; e, em termos específicos, para efeito deste estudo, o que distinguiria um homem português de outros homens de nacionalidades diversas.

Colocado entre os portugueses e outros povos, estaria o conceito de “civilização”, que dependeria da centralidade geográfica do “ocidente” europeu, dividido por França, Inglaterra e, mais tarde, Alemanha. Essa “civilização”, que instituíra uma hierarquia cultural e social, estabelecia as identidades individuais, determinando virtudes e formas comportamentais, como se observa na constituição de personagens ecianos, como apontou José Carlos Barcellos (cf. BARCELLOS, 2006, p, 180), notadamente Fradique Mendes.

Modris Eksteins chama a atenção que ao fim do século XIX as três principais potências europeias (França, Inglaterra e Alemanha) disputavam entre si não apenas o primado civilizacional, mas também o estatuto de superioridade masculina, perspectiva claramente acompanhada por George Mosse (EKSTEINS, 1991; MOSSE, 2000). Essa hierarquia definia que quanto mais distante geográfica e culturalmente desse centro estivesse, menos civilizada uma sociedade seria, ao mesmo tempo, em que os indivíduos seriam mais próximos de um estatuto de barbárie e, portanto, passíveis de receberem a dádiva civilizacional⁵. Vale rememorar o que Eça de Queirós escreveu em carta a Oliveira Martins, de 10 de maio de 1884:

Os meus romances, no fundo, são franceses, como eu sou em quase tudo um francês [...]. Da gente portuguesa conheço apenas a alta burguesia de Lisboa – que é francesa – e que há de pensar à francesa, se algum dia vier a pensar. Como é feito por dentro o português de Guimarães e de Chaves? Não sei [...]. Dentro em pouco, há-de haver um só tipo de homens, em toda a Europa, com o mesmo feito

⁵ O sucesso experimentado tanto pelo conto de Prosper Mérimée, "Carmen" (1845), quanto pela ópera homônima de Georges Bizet (1875), valem como exemplo, na medida em que, na fronteira sul da França, a cadeia montanhosa dos Pirineus resguardava a civilização central europeia da barbárie ibérica, composta por ciganos, mulheres fatais e fracos homens passionais.

moral, as mesmas frases, e o mesmo corte de barba. E o tipo escolhido há-de ser o francês, que é por excelência, *l'omme moyen*, sem excessos no bom ou no mal de temperatura temperada e feito de doses iguais. (QUEIRÓS, 1979, p. 525-526)

A afirmação de Eça de Queirós impõe-nos a uma dupla verificação: por um lado, a constatação de uma forma identitária em posição inferior hierárquica; por outro, a disseminação comportamental de uma determinada forma de ser homem que se espalharia pela Europa, tendo em vista o gênero masculino. Se pensarmos que o homem de Guimarães ou o de Chaves, considerados por Eça, são tipos específicos portugueses, esses não interessam, porque são locais, aqueles que interessam, pensam à francesa, são homens à francesa, serão homens à francesa, civilizados, e que serão os modelos para os homens locais. Quanto às mulheres, não se pode furta de verificar que sua constituição identitária se dava pelo negativo, ou seja, as personagens transgressoras da ordem moral e social do século XIX eram efetivamente os modelos de como *não* ser mulher naquele século, já que aquelas personagens femininas transgressoras obtinham reveses em suas peripécias. Dessa maneira, a identidade feminina se constitui pela negação da paixão e da autonomia social, econômica e política. Sendo assim, a masculinidade se constitui como o centro das identificações de gênero, nos momentos de formulação e consolidação do estado nacional, conforme aponta George Mosse (MOSSE, 2000, 1985).

Por outro lado, a(s) masculinidade(s) se organizaram na modernidade a partir de traços contínuos e descontínuos à(s) masculinidade(s) anterior(es). De maneira resumida, pode-se dizer, novamente acompanhando George Mosse (2000), que o modelo do homem moderno ainda muito deve ao modelo do homem do Antigo Regime, apesar de diferirem de maneira flagrante. Isso porque, R. W. Connell observou que a estruturação da “ordem de gênero” era devida ao reconhecimento de uma masculinidade hegemônica a partir do qual todos os indivíduos de um agrupamento social são colocados em função (CONNELL, 1997) – na tradição ocidental do Antigo Regime, a masculinidade hegemônica estava instalada no patriarcado, instituição social, cuja face jurídica, advinda do

Direito romano, era o princípio do *pater familias*⁶. A “ordem de gênero”, tal qual a sociedade ocidental definiu, pelo capitalismo, pelo colonialismo, pelo imperialismo e, hoje, pela globalização, foi, afinal, exportada para todos os quadrantes do globo terrestre.

No esforço de regeneração da sociedade portuguesa, como bem aponta Rui Ramos e Fernando Rosas, o Estado Novo português cuidou de não apenas eleger modelos de masculinidade, sob a forma de heróis nacionais, mas, também de reescrever toda a História de Portugal em função de seu projeto de remodelação social e individual, fosse assumindo o discurso do “homem novo” (ROSAS, 1994; LUGARINHO, 2013), fosse instituindo políticas sociais e educacionais efetivas, intervindo na vida quotidiana da metrópole e das colônias (ROSAS, 2001; RAMOS, 1994; ROSAS; SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 1992). Nesse sentido, a elevação de uma plêiade de personagens históricos à categoria do herói nacional foi política que tanto intervinha na vida coletiva, quanto na vida individual dos portugueses.

Nas histórias nacionais, o herói é polo atrativo de forças de inspiração e resistência para a nação. Assim, no caso do Estado Novo português, segundo Arlindo Manuel Caldeira, a exaltação dos heróis nacionais adviria dos tempos que antecederam a fundação da República, quando se percebeu o quanto os mitos poderiam ser aliados aos interesses de uma restauração do ânimo português diante da decadência, tanto no cenário interno quanto no externo (CALDEIRA, 1995, p. 123-124). Tornou-se, a partir daí, prática comum do Estado português a recuperação da memória para efeito de propaganda. Note-se que durante a Monarquia não haveria a necessidade de tanto, na medida em que o Rei era a própria encarnação da Nação no imaginário cultural. A República, seguida pelo Estado Novo, criou a sua própria mística ao pretender uma refundação nacional. Data desta época, o surgimento da noção de “portugalidade”, a partir da

⁶ O patriarcado concedia ao chefe do agrupamento familiar o direito de dispor sobre a vida de todos que a ele se subordinavam (homens e mulheres, esposas, concubinas, amantes, filho e filhas, legítimos ou não, empregados, servos e escravos, de todas as etnias, raças, religiões, origens e possíveis orientações sexuais). O patriarca, num tempo em que as comunicações eram difíceis entre espaços distantes, era efetivamente um representante bastante autônomo do poder imperial e, posteriormente, colonial. A formulação do estado nacional e a instalação da vida burguesa esvaziaram paulatinamente o princípio, consagrado pela tradição, do *pater familias* até o seu completo desaparecimento – o direito sobre a vida dos subordinados ao passar para o Estado, através da disseminação das instituições jurídicas, exigiu uma redefinição da forma de ser e estar homem e das características que viriam a pautar a masculinidade.

qual os mitos foram recuperados e exaltados, circunstanciados pelas sucessivas ideologias políticas, fossem liberais, democráticas ou fascistas. A propaganda do Estado Novo redirecionou os mitos para os sentidos de seu projeto político para celebrar o pacto político do Estado com o imaginário nacional. Ao serviço do Estado, os heróis nacionais, ao serem exaltados, recuperam a autoestima perdida durante os períodos anteriores da decadência da monarquia e da primeira república.

A lição de Salazar



Fig. 4 – Terceiro cartaz de uma série de sete, intitulados “A lição de Salazar”

Desde 1933, com a instituição legal do Estado Novo, o governo português procurou se reconstituir sob uma ideologia própria, tanto inspirada pelo fascismo italiano, quanto por uma suposta tradição portuguesa. Em 1936, quando da comemoração dos dez anos de golpe militar que pusera fim à Primeira Repúbli-

ca, António de Oliveira Salazar proferira o famoso “Discurso de Braga”, quando destacou o lema nacional, “Deus, Pátria, Família”, como proposição aos anos seguintes e que, segundo Rosas, salientava diretrizes para uma política efetiva de reeducação e de regeneração coletiva e individual do povo português (ROSAS, 2001). O Secretariado de Propaganda Nacional, sob a direção de António Ferro, desde 1933, engajou-se nessa política “pedagógica” e tratou de disseminá-la. Uma das suas mais famosas e paradigmáticas campanhas foi a divulgação da “lição de Salazar”.

A “lição de Salazar” consistia materialmente num conjunto de sete pôsteres distribuídos em escolas primárias portuguesas naquela altura. Nele estava contido, de maneira alegórica, o projeto político, econômico e social do Estado Novo para os anos seguintes. Para efeito de nosso estudo, destaca-se o terceiro painel, intitulado “Deus, Pátria, Família: a trilogia da educação nacional”, onde é representado o interior de uma casa portuguesa e uma suposta família que a habita.

A observação do cartaz leva a considerações flagrantes a respeito da “lição”: à direita, um homem adentra o interior da casa, com uma foice às costas, ao lado oposto, uma mulher, encontra-se bastante próxima ao fogão, em forma de lareira, a segurar uma panela; à direita da mulher, um menino levanta-se de uma cadeira e segura um livro; abaixo do homem, uma menina deixa os brinquedos (bonecas e pequenos utensílios domésticos) e parece saudar o homem que adentra a sala. Apesar da posição mais entusiasta ser da menina, todos estão voltados para a direção da porta, por onde o homem adentra a casa.

A família portuguesa projetada pelo Estado Novo está no cartaz. Evidentemente alegórico, são explicitadas as atividades e as funções destinadas a cada indivíduo, no interior da “simplicidade” da casa, supostamente típica. O trabalho externo, e o conseqüente provimento familiar, é destinado ao homem e à mulher, as atividades domésticas e o encerramento em seu interior. Às crianças, a representarem as gerações futuras, é reservado um contraste flagrante, dado pelos objetos que seguram ou lhes estão próximos: os brinquedos, identificados com uma forma de se projetar o feminino, e o livro, objeto que, a princípio, não seria destinado a um gênero específico, mas que, pela ilustração, define a educação como uma destinação exclusiva do masculino.

Ana Paula Ferreira, em artigo seminal, aponta a forma contraditória com que o Estado Novo promoveu a inserção da população feminina em seu projeto nacional (FERREIRA, 1996). Se por um lado, o artigo 5º da Constituição da Repúbli-

ca Portuguesa de 1933 (que instituiu o Estado Novo) estendia o direito à igualdade a todos os cidadãos, por outro, o seu adendo destacava a “diferença natural” das mulheres, “diferenças resultantes da sua natureza”. Dessa maneira, Ferreira percebe a maneira opressora e repressiva do quadro alegórico onde se tipificava o feminino, ao afirmar:

...women are assigned a far-reaching educational but, above all, economic mission. Bound exclusively to the role and consequent duties of the savvy mother-housewife, they are ultimately held responsible for the economic welfare of the entire Portuguese nation-family; and also for the behavior, if not the very thoughts and desires, deemed appropriate. (FERREIRA, 1996, p. 135)

Ferreira aponta, ainda, entretanto, a criação de instituições voltadas às mulheres, como a “Obra das Mães para a Educação Nacional” (OMEN), criada em 1937, e a “Mocidade Portuguesa Feminina”, criada em 1938, além do aparecimento de deputadas na Assembleia Nacional e o expressivo ingresso de mulheres, a partir da década de 1930, nas universidades portuguesas. A criação de instituições como essas e a implantação de políticas específicas teriam o claro propósito de atrair o contingente feminino para a ideologia oficial do estado. Dessa política, no panorama literário, resulta, segundo Ferreira, a emergência de várias escritoras identificadas, diretamente, ou não, com o regime, como Maria Lamas (1893-1983), Adelaide Félix (1896-1971), Fernanda de Castro (1900-1994), Maria Archer (1905-1982) ou Manuela Porto (1908-1985). Em maior ou menor grau, investiram naquela “natural diferença”, expressada na constituição, em sua significativa produção literária, submetendo-se ao modelo nacionalista do “anjo do lar português”. O aparecimento de autoras mais identificadas com alguma forma diversa de ser mulher àquela propugnada pelo estado e pela “lição de Salazar” estabeleceria uma ruptura radical ao regime, como no paradigmático processo judicial sofrido pelas “três Marias”, em 1973, por conta da publicação das *Novas cartas portuguesas* (cf. BARRENO, COSTA, HORTA, 1973).

Com isso, como compreender a publicação, em 1940, da *Senhora de Pangim*? Não haveria, aí, uma forte contradição dada pela celebração da *mulher soldado* em contraste com a mulher do projeto nacional?

A serviço d' El Rey, a senhora de Pangim

Nas páginas da literatura colonial portuguesa do século XX, se num primeiro momento, o branco colonizador era apenas um espectador das cenas da paisagem e da vida colonial, num momento seguinte, esse homem buscou formas de inserção no espaço colonial, experimentando algumas contradições locais e se valendo da sua “superioridade” lusa para superá-las.

A sugestão da continuidade cultural entre os diversos territórios levava à constituição de modelos identitários contínuos, ou seja, paradigmas identitários regionais, solidários entre si em suas diversas manifestações, independentemente do território que se localizassem. Ou seja, a anulação da “cor local”, ou das especificidades locais, em função de imagens “portugalizadas”, ou “globalizadas”, de homens e, também, paisagens, foi forma de estabelecer essa continuidade imaginária.

A senhora de Pangim (1932, 1940), de Gustavo Barroso, narra literariamente a biografia de D. Maria Úrsula de Abreu Lencastre, brasileira, nascida no Rio de Janeiro, apesar de filha de portugueses. D. Úrsula perambulou, disfarçada como o soldado Baltazar, pelo “mundo português”, entre a América e a Ásia, com passagem pela metrópole, fixando-se em Goa, e se tornado representante evidente do “mundo português”, como Barroso informa no “Prefácio” de seu romance. Em sua travessia há um permanente reconhecimento da *portugalidade*, dado por traços arquitetônicos e urbanísticos, por hábitos contínuos e por sabores e odores comuns às terras portuguesas (colônias e metrópole). Portugal espria-se por essas imensas distâncias eliminando, mesmo que à força, as diferenças locais e reconstruindo um suposto espaço “original”.

Barroso foi um dos intelectuais brasileiros mais identificados com o integralismo brasileiro e seu romance, inicialmente, teria como propósito dar relevo a uma figura histórica que representasse uma heroicidade peculiar ao Brasil, já que desde, pelo menos, *Luzia homem*, de Domingos Olímpio (1903), a Literatura Brasileira convivia com as representações da donzela-guerreira. O que parecia importar ao brasileiro, ao tomar a biografia de D. Úrsula como tema de sua narrativa, era oferecer, além da aventura transcontinental, uma extensão histórica e geográfica às virtudes permanentes da brasilidade, dadas durante o período colonial. Ou seja, as virtudes heroicas de D. Úrsula, experimentadas desde a tenra idade no Brasil, seriam permanentes, não importando onde estivesse - e, mais,

essas virtudes não seriam superpostas à natureza feminina da personagem que, seguindo a mesma tradição literária brasileira, era submetida aos agentes e destinatários masculinos da narrativa. Além disso, submetida à lógica da honra masculina, a protagonista devia lealdade aos seus superiores hierárquicos (dentre eles o rei e o seu futuro marido), ao mesmo tempo em que mantinha a todo custo o empenho de suas palavras e atitudes.

A senhora de Pangim, ao ser publicada em Portugal, naquelas circunstâncias específicas, ganha novos contornos e sentidos, sem que fosse necessária a sua reescrita, mas, efetivamente, uma outra leitura. Essa outra leitura trata de substituir os valores da brasilidade pelos valores da portugalidade, ou seja, o espírito aventureiro da narrativa dá lugar à memória dos antigos navegadores e às suas travessias, constrói a continuidade entre espaços e populações e a paisagem goesa, ao invés de rememorar o Brasil, pode passar à descrição do exotismo dos hábitos locais.

O seguinte trecho ilustra bem essa perspectiva:

Ao lado das típicas construções urbanas portuguesas, as fachadas de puro gosto oriental. Nas casas baixas de bica e beira, as adufas que resguardavam as janelas eram feitas com o marisco transparente chamado bingue. [...]. As frutas expostas nos ceirões dos bacares eram de tamanhos despropositados, de formas exquisitas (*sic*), de cores vivas e de polpas perfumosas: atas, jacas, tamarindos, jambos e patecas ou melancias.

Baltazar, a quem elas lembravam o seu país distante, a sua meninice feliz, e que as conhecia todas, comprava algumas e fazia Manuela prová-las. O gosto forte da manga obrigou-a caretear:

- Irra! Esta é pior que água raz! (BARROSO, 1940, p. 68)

Ao leitor brasileiro daqueles anos, a lista de frutas é familiar, é a mesma encontrada até hoje em qualquer banca de frutas de sua terra. Ao leitor português da mesma época, a lista é incomum e exótica. O estranhamento de Manuela, personagem de origem portuguesa, vinda de Lisboa com Baltazar, expressa evidentemente a sensação de exotismo que o espaço goês e seus objetos peculiares produzem. Na perspectiva da difusão e consolidação da “mística imperial”, a narrativa de Barroso fornece elementos necessários para a construção e disseminação do imaginário imperial, tão poderoso que é capaz de dominar espaços

tão diversos e neles estabelecer a sua civilização, ao lado de construções estranhas e exóticas.

Além dessas características, a narrativa de Barroso atendia diretamente à política do Estado Novo voltada às mulheres. O momento da revelação do “segredo” de Úrsula indica bem que a AGC reconheceu a funcionalidade da narrativa, na medida em que as razões íntimas da protagonista, movida pela paixão, haviam se submetido às razões do estado já que o “segredo” criara um bravo soldado.

A par da coragem dum homem, Deus me favoreceu com um terno coração de mulher capaz de todos os sacrifícios pelo ente querido [...]. Eu, o guerreiro de Amboíno e das ilhas de Bounsuló, serei de barro nas tuas mãos. De barro, acredita! Para que me modeles ao teu feito... (BARROSO, 1940, p. 119)

A honra e a bravura do soldado Baltazar são substituídas, sobretudo, pela fidelidade ao marido e pela conformação de Úrsula à sua condição de esposa e mãe, o seu retorno ao lar. A “mercê” do Paço de Pangim e a renda a ela destinada pelo rei de Portugal pelos bons serviços à Coroa são arrematadas, ainda, pela fala final do rei, ao comentar o aparecimento de uma autêntica heroína nacional:

- [...] Ouço dizer por todos que a brasileira teve sempre muito bom procedimento e que só descobriu seu sexo para casar-se honestamente, que nunca bebeu, nem jogou, nem se deu a outras irregularidades, enquanto que a espanhola⁷, pelo que contam tinha todos os vícios e defeitos, admitindo-se mesmo alguns eclesiásticos e que Sua Santidade o Papa lhe tenha permitido continuar no uso dos trajes de homens e da espada. Mais merece a nossa, que não chegou a alferes e somente a cabo, pois além de tudo é bela. A espanhola, segundo informaram a El rei, era um estupor. Sua Majestade fez uma careta... (BARROSO, 1940, p. 123)

Apaixonada, honesta, livre de vícios e irregularidades, essas eram as virtudes que deveriam estar entre os objetivos das mulheres do estado novo. D. Úrsula, assim, era alçada ao panteão nacional português, tanto no século XVIII quanto

⁷ A personagem refere-se a D. Catalina de Erauso (1592-1650) que ficou conhecida como *La monja alferes*.

no século XX, e servindo, assim, aos propósitos imperiais do Estado Novo. A “conversão” pacífica do soldado Baltazar em D. Úrsula valorizaria o caráter pacífico português além de indicar a domesticação da *mulher soldado*, expressão que a narrativa deixa de lado para nomear a personagem apenas como Maria Úrsula. Ou seja, o caráter híbrido e transido da personagem é abruptamente interrompido pela “revelação” que pacifica e “liberta” a personagem de seu segredo. A problematização do gênero é posta de lado em função das razões do Estado, mais importa a heroína nacional e capitalizá-la do que lhe verificar a instabilidade identitária.

As razões de estado

O trânsito entre gêneros de Maria Úrsula contrasta fortemente com o mesmo expediente utilizado por D. Ana de Sousa, a famosa Jinga, Nzinga Mbandi, rainha da Matamba e do Dongo, que quase um século antes lutara como guerreiro contra o avanço português em terras hoje angolanas. Mãe da nação e instalada no panteão nacional angolano pela resistência ao colonialismo português acabou por determinar os primeiros sentidos de uma nacionalidade angolana. Sabe-se que a Jinga foi demonizada em vida (cf. PANTOJA, 2012; LUGARINHO, 2016), ao passo que D. Maria Úrsula, também, em vida, já era celebrada como herói nacional português, como indica Pimenta (1942) e Boxer (1975)⁸.

A narrativa de Barroso foi primeiramente um artifício do nacionalismo brasileiro, característico de seu pendor integralista e que buscava celebrar e fixar na memória os fundamentos de brasilidade da protagonista. Sua honra e valor teriam sido dados pelo nascimento em terras brasileiras e pelo contato com a dura vida colonial, posteriormente lapidada pela vida militar, sempre marcadas pela submissão a uma identidade portuguesa, concretizada pela submissão à autoridade real. As características identitárias nacionais recheiam fartamente a narrativa, que insiste na necessidade de se reproduzir Portugal e os hábitos por-

⁸ Quase dois séculos mais tarde, encontramos a mesma oposição, numa versão masculina e mais imediata, porém em terras moçambicanas, entre o Gungunhana e Mouzinho de Albuquerque, como se verifica nas várias narrativas biográficas sobre Mouzinho de Albuquerque, publicadas não apenas pela AGC, mas também nos últimos anos, o paradigmático *Ualapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa, e a publicação recente do primeiro volume da trilogia *Mulheres de cinza*, de Mia Couto.

tugueses onde quer que se estivesse. É de estranhar que o romance tenha sido esquecido quando o luso-tropicalismo freyriano passou a animar o Estado Novo.

No entanto, o segredo da “verdadeira” identidade de gênero do soldado Baltazar é mantido a todo custo na medida em que os valores de honra e bravura são continuamente destacados pela narrativa – inclusive com o atributo de força, mas sempre aliado à sagacidade e destreza, visto que a força (característica “essencialmente” masculina) não poderia ser a única forma de destaque da *mulher soldado*. A revelação do “segredo”, no entanto, não diminui o “valor” já reconhecido de Baltazar, pelo contrário, já que o momento de revelação se reveste de traços fortemente romantizados e, portanto, femininos. O amor redime Baltazar e o permite ser reconhecido como Úrsula. Toda a sua trajetória, todas as suas peripécias são reconhecidas como o serviço leal, honrado e glorioso a El Rey e, por isso, dignos de reconhecimento e celebração. Sobrepõem-se as razões de Estado às razões individuais, confundindo-as e instalando a fidelidade ao soberano como centro para o qual convergem todas as ações e índices da narrativa.

Como já mencionamos anteriormente, é flagrante o contraste dessa personagem (histórica e literária) com a personagem angolana (histórica e literária), a rainha Nzinga Mbandi. Usando do mesmo expediente, convertendo-se em mulher soldado, muitos anos antes de Úrsula, Jinga foi guerreiro, mas, estando num polo oposto ao Rei de Portugal, foi tratada com desprezo e desdém. A comparação simples e a conclusão clara deixam evidente a força das razões do Estado e por isso demonstra a forma de seu controle por sobre as diversas esferas da vida privada e pública de seus “súditos”, inclusive “domesticando” quaisquer formas de transgressão possível.

A celebração que o Estado Novo destinou a Maria Úrsula deixa essas contradições evidentes. Reivindicando a sua forma de representação política e jurídica da nação, o Estado Novo estendia seus tentáculos por sobre todas as possibilidades históricas e culturais portuguesas, atraindo todo e qualquer sentido que lhe pudesse tanto garantir a sua atemporalidade, quanto a submissão de qualquer elemento que o legitimasse.

A partir desse quadro, começamos a observar que as relações entre identidade nacional e identidade de gênero, tal como se fixa na Literatura, especialmente na Literatura Colonial Portuguesa do Século XX, ganham efetivo sentido, na medida em que contribui para a formulação do imaginário colonial (como na

Senhora de Pangim) e pós-coloniais (como nas várias narrativas sobre a rainha Jinga).

A *mulher soldado*, ou, em termos literários, a “donzela guerreira” é, entretanto, aceitável no âmbito das literaturas nacionais. Essas personagens, apesar de oferecerem um sentido de inclusão do feminino no imaginário nacional, são reivindicadas pela nação porque estão em função da identidade masculina; longe de serem transgressoras, indicam claramente a submissão à ordem de gênero. Das personagens elencadas por esses estudos, apenas a Rainha Jinga parece, quando ainda não fora absorvida pela literatura nacional angolana, conseguir ultrapassar os limites da ordem de gênero – o que nos leva, nesse primeiro momento, a confirmar a identidade nacional cristalizada em torno do masculino. Nas franjas instáveis do gênero, o trânsito abrupto, legitimado pelo Estado e praticado pelo indivíduo, consola quaisquer instabilidades que as identidades de gênero poderiam propor por estarem “embaralhadas”.

Conclui-se, assim, que as razões do Estado superam as suas próprias razões, reservando a si um princípio de contradição, próprio das instituições e indivíduos autocráticos. Contradições dessa ordem já haviam sido projetadas pelo estado português desde as suas mais tenras horas, desde as intervenções sociais para ajuste de castas e classes sociais durante o período medieval, até o exercício da política colonial, pautada pelas contingências históricas de cada espaço que ocupavam. Mas, insistimos, num momento em que as definições mais simplistas norteavam a política nacional, o romance de Barroso impõe a reflexão.

Referências

- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. 2 ed. Lisboa: Fim de século, 2000.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. Marialvismo. Fado, touros e saudade como discursos da masculinidade, da hierarquia social e da identidade nacional. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 37, n. 1–2, p. 41-66, 1997.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1981.
- BARCELLOS, José Carlos. *Literatura e homoerotismo em questão*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006. Coleção Em Questão – Virtual, n. 2. Disponível em http://www.dialogarts.uerj.br/emquestao/lit_e_homo.pdf
- BARRENO, Maria Isabel; COSTA, Maria Velho da; HORTA, Maria Teresa. *Novas cartas portuguesas* (Org. de Ana Luisa Amaral). Lisboa: Dom Quixote, 2010.
- BARROSO, Gustavo. *A senhora de Pangim* (romance). Rio de Janeiro: Guanabara, 1932.
- BARROSO, Gustavo. *A senhora de Pangim*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.
- BOXER, Charles Ralph. *A mulher na expansão ultramarina ibérica, 1415-1815: alguns factos, ideias e personalidades*. Lisboa: Horizonte, 1975.
- BRAGA, Theophilo. *Romanceiro geral*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1867.
- BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri. *Who sings the nation? Language, politics, belonging*. London, Calcuta: Seagull, 2005.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel. O poder e a memória nacional: heróis e vilões na mitologia salazarista. *Penélope, Fazer e Desfazer a História*, n. 15, p. 121-139, 1995.
- CONNELL, R. W. A very straight gay: masculinity, homosexual experience and the dynamics of gender. *American Sociological review*, v. 57, n. 6, p.735-751, 1992.
- CONNELL, R. W. Políticas da Masculinidade. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 185–206, 1995.
- CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. In VALDÉS, T.; OLIVARRÍA, J. (eds.). *Masculinidad/es: poder y crisis*. Santiago de Chile: Isis Internacional/FLACSO Chile, 1997. p.31-48.
- COSTA, Luiz Mário Ferreira. Relações intelectuais assimétricas: a “polêmica” histórica entre Alfredo Pimenta e Gustavo Barroso. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 115-130, 2016.
- EKSTEINS, Modris. *A sagração da primavera: a grande guerra e o nascimento da era moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- FERREIRA, Ana Paula. Home Bound: The Construct of Femininity in the Estado Novo. *Portuguese Studies*, v. 12, p. 133-144, 1996.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. São Paulo: Circulo do Livro, 1986.

- GALVÃO, Walnice Nogueira. *A donzela-guerreira: um estudo de gênero*. São Paulo: SENAC, 1997.
- LUGARINHO, Mário César. Masculinidade e colonialismo: em direção ao “homem novo” (subsídios para os estudos de gênero e para os estudos pós-coloniais no contexto de língua portuguesa). *Revista Abril*, Niterói, v. 10, p. 15-38, 2013.
- LUGARINHO, Mário César. “A apoteose da Rainha Jinga: gênero e nação em Angola”. *Cerrados* (Brasília), 25, 2016: 88-96.
- MORGAN, Robin. *Sisterhood is forever: the women’s anthology for a new millennium*. New York: Washington Square Press, 2003.
- MOSSE, George L. *La imagen del hombre: la creación de la moderna masculinidad*. Madrid: Talasa Ediciones, 2000.
- MOSSE, George L. *Nationalism & sexuality: respectability & abnormal sexuality in Modern Europe*. New York: Howard Fertig, 1985.
- NOA, Francisco. Literatura colonial em Moçambique: o paradigma submerso. *Revista Via Atlântica*, São Paulo, n. 3, p. 58-69, 1999.
- OLIVEIRA, Valdecí. *Figurações da donzela guerreira: Luzia-Homem e Dona Guidinha do Poço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- PANTOJA, Selma. Revisitando a Rainha Nzinga: Histórias e mitos das histórias. In MATA, I. (org.). *A rainha Nzinga Mbandi: História, memória e mito*. Lisboa: Colibri, 2014. p. 147-156.
- PERROT, Michelle. A Família triunfante. ARIÈS, Ph; DUBY, G. (dir.). *História da vida privada*, 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 79-90.
- PIMENTA, Alfredo. *A senhora de Pangim*. Coimbra: Coimbra Editora, 1942. Volume 2 de Separata de Brasília.
- PORTUGAL. *Constituição Política da República Portuguesa*, 1933.
- QUEIRÓS, Eça. *Obras completas*. Porto: Lello & Irmãos, 1979.
- QUENTAL, Antero. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. 6 ed. Lisboa: Ulmeiro, 1994.
- RAMOS, Rui. *Portugal: A segunda fundação 1835-1910*. Dirigido por José Matoso. Lisboa: Estampa, 1994. Vol. 6. (História de Portugal).
- ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, v. 35, n. 157, p. 1031-1054 inverno 2001.
- ROSAS, Fernando (org.). *O Estado Novo (1926-1974)*. Dirigido por José Matoso. Lisboa: Estampa, 1994. Vol. 7 (Historia de Portugal).
- ROSAS, F.; SERRÃO, J.; OLIVEIRA MARQUES, A. H de. (orgs). *Portugal e o Estado Novo*. Dirigido por A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Estampa, 1992. Vol. 12. (Nova História de Portugal).
- SEDGWICK, Eve K. *Between men: English literature and male homosocial desire*. New York: Columbia University Press, 1985.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2015.

THERBORN, Göran. *Sexo e poder*: A família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

VILALVA, Walnice. Riobaldo e Diadorim e o tema da homossexualidade. Revista *Cerrados, UnB*, v. 17, n. 25, p. 233-234, 2008.